

CORREIO NACIONAL



Crianças de 1 ano já podem receber a dose de reforço

Meningite: entenda como fica vacinação com ACWY

Desde o início da semana, crianças com 12 meses de vida já podem receber a dose ACWY como reforço dentro do esquema vacinal contra a meningite, no SUS. O imunizante protege contra os sorogrupos A, C, W e Y. Até então, o reforço nessa faixa etária era feito com a meningocócica C.

Com a mudança, o esquema completo contra a meningite, na rede pública, passa a ser o seguinte: duas doses da meningocócica C aplicadas aos 3 e aos 5 meses; e um reforço

com a ACWY aos 12 meses. Entre os 11 e os 14 anos, a orientação é que a ACWY também seja aplicada em dose única ou como um novo reforço, conforme o histórico vacinal.

Segundo o Ministério da Saúde, crianças que já tomaram as duas doses da vacina meningocócica C e a dose de reforço da mesma vacina não precisam receber a ACWY neste momento. Já as crianças que ainda não foram vacinadas aos 12 meses podem receber como reforço a ACWY.

Pedido de isenção simplificado

Os interessados em solicitar isenção da taxa de inscrição na segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) que estão inscritos no CadÚnico do governo federal, não precisam mais preencher o Número de Identificação Social (NIS) no momento da inscrição. A simplificação do pro-

cesso para solicitação de isenção está publicada, na última quinta-feira (3), na primeira retificação do edital do chamado Enem dos Concursos, pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que é vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Número de áreas queimadas cai

De janeiro a junho, as queimadas consumiram cerca de 1 milhão de hectares em todo o Brasil. A área é um terço do que foi atingido pelo fogo no mesmo período do ano passado, quando 3,1 milhões de hectares foram queimados. Os dados são do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambien-

tais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e foram divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima na quarta. Nos seis primeiros meses do ano, o Pantanal reduziu em 97,8% o território afetado: em 2024 foram 607,9 mil hectares queimados e, neste ano, 13,4 mil hectares.

Vacina contra gripe aviária

O Instituto Butantan, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, vai iniciar os testes, em seres humanos, da primeira vacina brasileira contra a gripe aviária (H5N8). O instituto recebeu autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na última terça-feira (1º)

para o início dos ensaios clínicos e agora aguarda o aval da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). Segundo o Butantan, a vacina influenza monovalente A (H5N8) será testada em duas doses, com intervalo de 21 dias, em adultos de 18 anos até 59 anos, em um primeiro momento.

Agenda de infraestrutura

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu na quinta o presidente do Paraguai, Santiago Peña, para um café da manhã na residência da Embaixada Brasileira em Buenos Aires, na Argentina. Os dois presidentes discutiram a ampla agenda de infraestrutura entre os

dois países, que inclui a Ponte da Integração, cujas obras de acesso do lado brasileiro já atingiram quase 80% de execução e devem ser concluídas em dezembro. Trataram também da Ponte Bioceânica, que está na fase de projeto arquitetônico da área de controle integrado.

Mutirão em Hospitais Universitários

O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Saúde (MS), anunciou um mutirão de atendimentos em todo o país neste sábado, 5 de julho. De forma simultânea, os 45 Hospitais Universitários da Empresa Brasileira de Serviços Hospita-

lares (Ebserh), entidade vinculada ao MEC, oferecerão serviços à população. O objetivo é ampliar o atendimento e reduzir o tempo de espera na rede pública de saúde. O “Dia E” integra o projeto Ebserh em Ação 2025. Estão previstos mais de 7,8 mil atendimentos.

SUS irá oferecer Implante contraceptivo hormonal

Previsão da pasta é que dispositivo seja liberado no 2º semestre

Fernando Frazão/Agência Brasil



O implante contraceptivo popularmente conhecido como Implanon será disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o Ministério da Saúde, a opção é considerada vantajosa em relação aos demais contraceptivos em razão da longa duração — age no organismo por até três anos — e alta eficácia.

Em nota, a pasta informou que a decisão de incorporar o contraceptivo ao SUS foi apresentada na tarde desta quarta-feira (2) durante a reunião da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).

A portaria que oficializa a incorporação do contraceptivo deve ser publicada nos próximos dias. A partir da publicação, áreas técnicas da pasta terão 180 dias para efetivar a oferta, o que envolve etapas como atualização de diretrizes clínicas, aquisição e distribuição do insumo, capacitação e habilitação de profissionais, entre outras ações.

A previsão é que o medicamento esteja disponível em unidades básicas de saúde (UBS) a partir do segundo

semestre. O plano, segundo o ministério, é distribuir 1,8 milhão de dispositivos, sendo 500 mil ainda este ano. O investimento será de cerca de R\$ 245 milhões – atualmente, a unidade do produto custa entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil.

“Além de prevenir a gravidez não planejada, o acesso a contraceptivo também contribui para a redução da mortalidade materna, em alinhamento com os Objetivos de Desenvol-

vimento Sustentável (ODS) da ONU [Organização das Nações Unidas]”, destacou a pasta, ao citar o compromisso de reduzir em 25% a mortalidade materna geral e em 50% a mortalidade entre mulheres negras até 2027.

O implante subdérmico Implanon é um método contraceptivo de longa duração e alta eficácia. Ele atua no organismo por até três anos, sem necessidade de intervenções

durante esse período. Após o prazo, o implante deve ser retirado e, se houver interesse, um novo implante pode ser inserido imediatamente.

A inserção e a retirada do dispositivo devem ser realizadas por médicos e enfermeiros qualificados. Por esse motivo, segundo o ministério, a ampliação da oferta será acompanhada de estratégias de formação teórica e prática desses profissionais.

A opção é considerada vantajosa em relação aos demais contraceptivos

Impactos do garimpo ilegal mapeados

José Cruz/Agência Brasil



Estudo é da Rede Eclesial Pan-Amazônica e do Conviva

Doenças provocadas pela exposição ao mercúrio, assédio, estupro, tentativas de assassinato e desaparecimentos forçados são alguns dos problemas enfrentados por pessoas cooptadas para o garimpo ilegal na Amazônia, segundo mapeamento da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam-Brasil) e do Instituto Conviva, duas organizações sem fins lucrativos.

Uma equipe de pesquisadores, formada por sociólogos, comunicadores e antropólogos, entrevistou 389 pessoas em Manaus (AM), Altamira (PA), Porto Velho (RO) e Boa Vista (RR). A escolha dessas cidades foi feita, segundo o estudo, por concentrarem mais da metade da população da Amazônia. Entre janeiro de 2022 e dezembro de 2024, foram ouvidos os que trabalharam como garimpeiros ou que tiveram familiares envolvidos nas atividades ilegais.

Os pesquisadores identificaram que em 2024 as doenças que mais acometeram os garim-

peiros foram gota (24%), malária (19%), tuberculose (14%), bronquite (13%), pneumonia (11%) e reumatismo (10%).

A expectativa de vida identificada nesses grupos foi de 55 anos, bem abaixo da média nacional, que era de 76,4 anos em 2023, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As principais causas de morte entre os garimpeiros foram afogamento (20%), soterramento (19%), ataque de animais (18%), pi-

cadadas de cobra (18%), ferroadas de insetos (13%) e picadas de aracnídeos (12%).

Segundo o estudo, todas as formas de mineração são prejudiciais aos povos da Amazônia, mas o garimpo ilegal é pior, por formar alianças com o crime organizado ligado ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas.

Os pesquisadores concluíram que o garimpo, longe de ser uma opção, é caracterizado por ser falta de opção. Os deslocamentos constantes de

trabalhadores para áreas ilegais de mineração são vistos como compulsórios, resultados da “desesperança que os migrantes e desempregados estão vivendo na cidade e no campo”.

Histórias do garimpo

Em um dos trechos do estudo, os pesquisadores ressaltam que “da mesma forma que a atividade contamina os povos do território, afeta igualmente os garimpeiros, que não contam com nenhum tipo de assistência à saúde nas áreas de garimpo”.

Entre as histórias destacadas está a de Adriano (nome fictício), 66 anos, dependente químico, que vivia há oito anos em situação de rua em Manaus. Depois de brigar com a família em Mato Grosso, decidiu ir com o pai de um amigo para o garimpo. Ele tinha apenas 14 anos e rodou por quase toda a Amazônia em serviços ilegais.

“No garimpo, a gente aprende a não esperar nada da vida”, disse Adriano.

STF

Supremo fará audiência pública sobre pejetização

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou uma audiência pública para debater a pejetização nas relações de trabalho. O fenômeno ocorre quando empresas contratam prestadores de serviço como pessoa jurídica para fugir do vínculo trabalhista. A audiência está prevista para 10 de setembro.

Mendes é o relator. Em abril deste ano, o ministro suspendeu todas as ações sobre o tema que estão em tramitação no país.

Ao determinar a realização da audiência pública, Gilmar Mendes disse que os debates vão ajudar no exame da questão

STJ

Indenização legal por encerramento de contrato

Ao prover recurso especial, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que a indenização prevista no artigo 603 do Código Civil (CC) é aplicável aos contratos de prestação de serviço entre pessoas jurídicas, nos casos de rescisão unilateral, imotivada e antecipada, independentemente de estipulação contratual expressa.

De acordo com o processo, uma empresa de gestão condominial foi contratada por um condomínio para prestação de serviços por certo período. Contudo, o contrato foi encerrado antes do término de seu prazo de forma unilateral e imotivada pelo condomínio.

TSE

TSE promove Teste de Segurança da Urna 2025

Na tarde de quarta, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou uma audiência pública, em formato virtual, para esclarecer as regras do Teste Público de Segurança dos Sistemas Eleitorais 2025, o Teste da Urna. Todas as diretrizes estão definidas na Resolução TSE nº 23.444, de 2015, que trata da realização periódica do evento.

Na abertura do encontro, o juiz auxiliar da Presidência do TSE, Júlio Ferreira de Andrade, informou que o Teste Público de Segurança dos Sistemas Eleitorais tem o objetivo de fortalecer a confiabilidade, a transparência e a segurança da captação e da apuração dos votos.

STF

Apresentação de cálculos para execução de sentenças

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou a validade da exigência de que a Fazenda Pública apresente documentos e cálculos do valor devido para início do cumprimento de sentença nos juizados especiais. A regra geral do Código de Processo Civil prevê que o vencedor da ação apresente os valores para execução.

Mas, para o Plenário, a inversão dessa obrigação é legítima, pois evita atrasos desnecessários na conclusão do processo judicial.

A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1528097, com repercussão geral (Tema 1396).